



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO N°. 001/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 001/2021.

### DOS FATOS

À Comissão Permanente de Licitação, instituída pela portaria nº 019/2021, por autorização do Exmº. Prefeito do Município de Tracunhaém, no qual requer que seja instaurado Processo Licitatório para **Aquisição parcelada de combustíveis (diesel S10 e gasolina), para suprir as necessidades urgentes do município, por um período de 30 (trinta) dias, ou até que seja concluído um novo processo licitatório para atender a demanda do exercício de 2021. e;**

Considerando, que inicialmente a administração abasteceu os primeiros dias da gestão com pagamentos ordinários para não prejudicar os serviços essenciais da administração e havendo a necessidade de aquisição emergencial de aquisição até que seja instaurado novo procedimento licitatório para atender a demanda do município.

Considerando, que o não abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal, pode ocasionar um colapso, o que acarretará prejuízos de solução continuidade nas ações desenvolvidas pela administração municipal.

Decide esta Comissão, por abrir PROCESSO de DISPENSA DE LICITAÇÃO, para aquisição referenciada, haja vista, que se caracteriza numa situação de emergência. Caracterizando por tanto, a urgência na sua contratação, pelo prazo de (30) trinta dias, ou enquanto não for finalizado o processo licitatório para contratação acima referenciada.

### DA FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, esta CPL, entende que o caso em análise é de Dispensa de Licitação, conforme preceitos legais do Art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Eis o que diz a aludida Lei:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e



oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”. **(grifos nossos)**

É de se saber que a licitação é indispensável, em regra, devendo somente em raríssimas exceções haver Dispensa ou Inexigibilidade, caso em que deverá ser justificada. No qual conforme já apresentado nos fatos as justificativas necessárias ao enquadramento legal ao “Codex Licitatório”, é cabível instruído das razões que levaram a tal procedimento, uma vez demonstrada à urgência ao atendimento da situação em análise, especialmente o inciso IV do art. 24, e cumprindo o rito estabelecido pelo Art. 26, seu paragrafo único e inciso do mesmo diploma legal.

No que tange aos preços, esta CPL fez uma análise no mercado regional e principalmente local, no qual foi verificado que os valores apresentados estão compatíveis com os demais de sua categoria. Escolhendo contratar com a empresa local que apresentou menor valor para o fornecimento por litro/unidade do produto a ser pago a prazo.

Assim, conclui pela dispensa com base no art. 24, IV da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, por se caracterizar uma situação de urgência.

Tracunhaém, 06 de janeiro de 2021.

---

**José Antônio Patrício de Araújo**  
Presidente

---

**Djair Batista dos Santos**  
Membro

---

**Reginalva de Sousa Tibúrcio Régis**  
Membro



## TERMO DE RATIFICAÇÃO

Face ao relatório da Comissão Permanente de Licitação, e Parecer Jurídico encontrando-se o Processo Licitatório regularmente instruído na forma da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, **RATIFICO**, a mencionada Dispensa de Licitação para **Aquisição parcelada de combustíveis (diesel S10 e gasolina), para suprir as necessidades urgentes do município, por um período de 30 (trinta) dias, ou até que seja concluído um novo processo licitatório para atender a demanda do exercício de 2021**, tudo em conformidade com o Art. 24, IV da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se na forma da Lei

Tracunhaém, 08 de janeiro de 2021.

**ALUIZIO XAVIER DA SILVA**  
Prefeito